ASSEMBLEIA INFORMA
19 DE DEZEMBRO DE 2014 – SEXTA-FEIRA – ANO 23 – EDIÇÃO ESPECIAL BALANÇO 2014

Assembleia aprimora representatividade social e participação popular em 2014

BALANÇO 2014

Willian Dias

O enfrentamento das desigualdades e a construção de uma sociedade melhor pautaram a 17ª Legislatura

O fortalecimento da representatividade social e da participação popular pautaram o trabalho da Assembleia de Minas em 2014, último ano da 17ª Legislatura. O enfrentamento das desigualdades e a construção de uma sociedade melhor, objetivos expressos pelo Direcionamento Estratégico da ALMG, traduziram-se na aprovação de projetos de lei e na promoção de debates e eventos de interesse dos cidadãos mineiros, que valorizaram temas e segmentos sociais variados.

Ao avaliar as atividades desenvolvidas ao longo do ano, o presidente da ALMG, deputado Dinis Pinheiro (PP), considera que, em 2014, o Parlamento de Minas manteve o bom ritmo de trabalho dos anos anteriores. "A Assembleia aprovou projetos relevantes para o povo mineiro, estabelecendo diversas redes de diálogo e construindo, dessa maneira, uma legislatura profícua, voltada ao interesse comum e à promoção do bem-estar social", avalia.

O trabalho da ALMG em 2014 resultou na aprovação de projetos em consonância com os interesses da sociedade mineira. Exemplo é o PL 4.051/13, de autoria dos deputados André Quintão (PT) e Dinis Pinheiro, que proíbe a incineração de resíduos sólidos e atende a uma reivindicação antiga dos catadores de materiais recicláveis. A proposição de lei foi totalmente vetada pelo governador, mas o veto foi derrubado em Plenário.

Como contribuição para o bom andamento da Copa do Mundo, sem cercear o direito às manifestações, foi aprovada a Lei 21.324, que obriga manifestantes mascarados a se identificarem para a polícia sempre que for necessário. Essa norma origina-se do PL 4.474/13, do deputado Sargento Rodrigues (PDT). Outro destaque no ano em que foram relembrados os 50 anos do golpe de 1964 é a Lei 21.417, oriunda do PL 3.795/13, de Paulo Lamac (PT), que proíbe a denominação de espaços públicos com nomes de pessoas que tenham participado de ato de tortura ou violação de direitos humanos durante o regime militar.

Diante da crise hídrica que assolou o País, a situação do Rio São Francisco também pautou discussões e projetos ao longo do ano. A revitalização do "Velho Chico", as consequências da redução de seus níveis de água e a retomada das obras da hidrovia foram alguns dos pontos debatidos pela Comissão Extraordinária das Águas e pela Cipe São Francisco.

Debate qualificado sobre temas relevantes

A ALMG também aprimorou sua interlocução com a sociedade ao repercutir temas relevantes em eventos institucionais. A fim de reafirmar a importância da democracia, o ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais rememorou, na virada de março para abril, os 50 anos do golpe de 1964.

Em maio, o ciclo de debates Enfrentamento do Tráfico de Pessoas abordou como as vulnerabilidades sociais e econômicas, agregadas à incapacidade do poder público de produzir respostas para esse crime, contribuem para a sua proliferação. Outro tema de grande apelo nacional discutido pela ALMG foi o futuro do futebol brasileiro. No ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro, realizado em novembro, especialistas trataram da crise nesse esporte.

Em outras frentes de atuação, a ALMG também colocou em pauta assuntos como o Barroco mineiro. O bicentenário da morte de Aleijadinho foi celebrado na Casa no dia 18 de novembro, quando se comemora o Dia do Barroco Mineiro. Durante todo o mês, várias atividades artísticas e culturais marcaram a data, criada pela Lei 20.470, de 2012, que é fruto do PL 3.396/12, de Dinis Pinheiro.

Finalmente, o compromisso da ALMG com a austeridade levou a uma nova regulamentação do auxílio-moradia dos deputados, por meio da Resolução 5.459, de 2014. Essa iniciativa se soma a medidas como a extinção da ajuda de custo (14º e 15º salários) e o fim do pagamento por reuniões extraordinárias de Plenário, instituídas em 2012, e a abolição do voto secreto, em 2013.

Luta contra desigualdades sociais e regionais pautou a 17ª Legislatura

Guilherme Bergamini

O seminário Pobreza e Desigualdade percorreu 12 regiões do Estado em 2011, para discutir políticas públicas

A atuação da Assembleia de Minas na 17ª Legislatura (2011-2015) foi pautada pelo enfrentamento das desigualdades sociais e regionais. Essa foi uma das prioridades do planejamento de longo prazo do Parlamento mineiro, o Direcionamento Estratégico Assembleia 2020, iniciado em 2010 e consolidado nos últimos quatro anos.

Para o presidente Dinis Pinheiro (PP), a atual legislatura foi marcada pelo compromisso com a inclusão social. "Colaboramos para a edificação de uma Minas com oportunidades para todos, tirando do papel a lei que garante gratuidade para idosos e pessoas com deficiência nos ônibus intermunicipais e emancipando o catador de material reciclável, premiando-o mensalmente por seu trabalho em benefício do meio ambiente", destaca.

Em sintonia com a diretriz de enfrentamento das desigualdades, a ALMG promoveu em 2011 o seminário legislativo Pobreza e Desigualdade. O evento, que ocorreu em 12 regiões do Estado, buscou discutir com a sociedade propostas de políticas públicas para a redução da miséria. Também foi realizada uma consulta pública pela internet.

A etapa final do seminário culminou com a promulgação da Emenda Constitucional 86, que inclui a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais como um dos objetivos prioritários do Estado. Essa emenda teve origem na PEC 25/11, cujo primeiro signatário foi o deputado André Quintão (PT). Além disso, as propostas aprovadas pelos participantes do evento foram analisadas pela Comissão de Participação Popular e muitas foram incorporadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e ao Orçamento do Estado na forma de emendas.

Ciclo de debates – O seminário foi precedido do ciclo de debates Estratégias para a Superação da Pobreza, que marcou o início das atividades de posicionamento do Legislativo mineiro como propulsor de ações voltadas à erradicação da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades sociais e regionais.

Nessa linha, ainda em 2011, a ALMG promoveu um ciclo de debates sobre o piso salarial em Minas Gerais. No ano seguinte, um debate público abordou o financiamento da assistência social. Em 2013, outro debate público tratou da implantação da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.

Novas leis por inclusão social e transparência

O início da 17ª Legislatura também foi marcado pela instituição da bolsa-reciclagem (incentivo financeiro para catadores de materiais recicláveis), por meio de norma oriunda do PL 2.122/11, de Dinis Pinheiro (PP). Outra lei importante foi a de criação do Fundo de Erradicação da Miséria, originada a partir do PL 2.446/11, do governador. Em 2013, foi sancionada a lei que institui a Política Estadual para a População em Situação de Rua, advinda do PL 767/11, de Wander Borges (PSB).

Ainda em 2011, foi criada a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com a posterior adequação física do Plenarinho I. E, em 2014, foi construída uma nova rampa de acesso ao Palácio da Inconfidência. Também teve destaque a discussão conduzida por essa comissão sobre o PL 4.254/13, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A preocupação com a defesa das minorias também pautou o trabalho das comissões. Um exemplo é a série de audiências realizadas em 2014 pela Comissão de Educação para fazer um diagnóstico da situação das unidades da Apae no interior. A ALMG ainda fez visitas a quatro ex-colônias de hansenianos.

Transparência – O compromisso com a austeridade também orientou a aprovação de normas como a extinção da pensão vitalícia para ex-governadores e seus dependentes, a vedação da posse de suplente de deputado durante o recesso, a extinção do voto secreto e a limitação do auxílio-moradia a deputados. Em 2012, foi implementada também a página da Transparência no Portal da Assembleia.

Em âmbito nacional, o destaque foi a defesa da renegociação das dívidas dos estados com a União. Ao longo de 2012 e 2013, a ALMG também liderou a campanha Assine + Saúde.

Produção legislativa considerou anseios dos mineiros e resultou em 52 leis

Diversas demandas da sociedade ecoaram no Parlamento mineiro, embasando a produção legislativa ao longo deste ano. Foram aprovadas ao todo 52 leis sobre diversos temas. Até o dia 18 de dezembro, três proposições estavam em fase final de tramitação, ou seja, passaram pelo Plenário e aguardavam a sanção do governador.

Uma das proposições aprovadas foi o PL 5.494/14, do governador, transformado na Lei 21.527, que reduz a alíquota do ICMS sobre o etanol de 19% para 14%. Além disso, essa norma autoriza o Estado a conceder incentivo fiscal para a produção de energia solar.

Outra proposição importante aprovada foi o PL 4.051/13, de André Quintão (PT) e Dinis Pinheiro (PP), que veda a incineração dos resíduos sólidos urbanos. Essa proposição foi totalmente vetada pelo governador, mas o veto foi derrubado em Plenário. Assim, a matéria aguarda a promulgação.

Também foi aprovado o PL 3.795/13, de Paulo Lamac (PT), que proíbe que estabelecimentos, instituições e próprios públicos recebam nomes de pessoas que tenham, comprovadamente, participado de atos de lesa-humanidade, tortura ou violação de direitos humanos. O projeto originou a Lei 21.417.

Já o PL 1.635/11, de Anselmo José Domingos (PTC), tem o objetivo de garantir a identificação e o tratamento de alunos com dislexia nas escolas estaduais. A proposição foi transformada na Lei 21.457.

Raíla Melo

O Plenário da Assembleia aprovou leis como a que reduziu o ICMS sobre o etanol

Na área de segurança pública, foi aprovado o PL 4.474/13, do Sargento Rodrigues (PDT), que estabelece restrições ao uso de máscaras em manifestações de rua. O objetivo da proposição, que deu origem à Lei 21.324, é evitar crimes de vandalismo cometidos por pessoas que se valem do anonimato em protestos.

Serviço público – Em 2014, também foram aprovados projetos relativos ao serviço público estadual. A PEC 62/13, do governador, cria a Fundação de Previdência Complementar do Estado (Prevcom-MG), para administrar as contribuições suplementares dos futuros servidores do Estado. Essa proposta deu origem à Emenda à Constituição 92.

Tanto o Tribunal de Justiça quanto o Ministério Público tiveram suas estruturas reorganizadas com a aprovação dos PLCs 59/14 e 62/14, que resultaram, respectivamente, nas Leis Complementares 135 e 136. A primeira proposição é de autoria do TJMG e a segunda, do procurador-geral de Justiça.

A ALMG também aprovou, ao longo do ano, resoluções que ratificam a concessão de 12 regimes especiais de tributação e a celebração de 16 convênios do Confaz, com o objetivo de proteger a economia mineira da guerra fiscal.

Projeto avalia impacto das novas normas

Neste ano, o projeto estratégico Avaliação do Impacto da Lei apresentou seus primeiros resultados. A primeira norma a ter o seu impacto analisado foi a Lei 18.030, de 2009, que implantou o ICMS Solidário.

Originária do PL 637/07, do presidente Dinis Pinheiro (PP), a lei modificou os critérios da distribuição do ICMS entre os municípios mineiros, de maneira a beneficiar as cidades que recebiam um repasse desses recursos abaixo da média *per capita* do Estado. O estudo procurou verificar o impacto da nova lei nas diferentes regiões de Minas Gerais, na comparação com as regras anteriores.

Esse levantamento mostra que o ganho relativo para as cidades beneficiadas com a mudança foi bem maior que a perda relativa dos municípios que cederam recursos. Ou seja, entre os 144 municípios que transferiram recursos, a redução máxima foi de 8,2% nos repasses feitos pelo Estado. Já entre os 709 que tiveram sua receita aumentada, o crescimento da arrecadação chegou a 50%, em alguns casos.

A incorporação do projeto Avaliação do Impacto da Lei ao Direcionamento Estratégico reflete o compromisso da ALMG para produzir legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade. A partir da metodologia desenvolvida nesse trabalho, será possível definir como essas avaliações poderão ser abrangidas pelos procedimentos do Legislativo.

Acompanhamento de políticas públicas também mereceu atenção ao longo do ano

Pollyanna Maliniak

A ALMG promoveu em novembro 11 audiências para a revisão anual do PPAG

O município de Belmiro Braga (Zona da Mata) foi beneficiado em 2014 com recursos estaduais da ordem de R$ 140 mil para a aquisição de um ônibus escolar. Isso só foi possível graças a uma emenda orçamentária oriunda de sugestão popular apresentada durante a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) no ano passado.

Trata-se de um resultado prático do trabalho de monitoramento das políticas públicas estaduais, aprimorado pela Assembleia neste ano, em que foi introduzida uma nova sistemática para as audiências de acompanhamento dessas políticas, processo que antecede a revisão do PPAG 2012-2015.

Desde 2009, as comissões realizam o acompanhamento das ações e dos programas do Executivo. Até o ano passado, técnicos do governo apresentavam dados gerais sobre o andamento das políticas públicas referentes às diversas áreas contempladas pelo plano. A partir de 2014, foi testado um novo modelo para essas reuniões, colocado em prática pelas Comissões de Política Agropecuária, de Saúde e de Participação Popular.

A novidade está no fato de que essas comissões organizaram sua agenda de trabalho e selecionaram temas específicos para pautarem suas reuniões. A Comissão de Política Agropecuária, por exemplo, promoveu três audiências de acompanhamento que tiveram como tema a agricultura familiar, as cadeias produtivas do café, do leite e de grãos e a produção e a comercialização de queijos artesanais.

"O que não é acompanhado se perde no meio do caminho. As políticas públicas frequentemente trabalham com muitas necessidades e poucos recursos. Assim, as que avançam mais são as que têm um acompanhamento mais ativo", explica o presidente da comissão, deputado Antônio Carlos Arantes (PSDB).

Cada reunião gerou um relatório com informações sobre a implementação das políticas públicas e sugestões de encaminhamento definidas. Assim, as audiências serviram para a construção de uma análise qualitativa das políticas públicas.

Cidadão tem papel decisivo na revisão do PPAG

Se no primeiro semestre os deputados acompanharam o andamento de políticas públicas específicas, em novembro a ALMG promoveu a revisão anual do PPAG 2012-2015, que demonstra como o Executivo vai distribuir o dinheiro público no período de quatro anos, com metas de investimentos e obras divididos por áreas específicas e regiões.

O plano, organizado através de 11 Redes de Desenvolvimento Integrado, é feito com a participação dos deputados, que votam os projetos de lei do Sistema de Planejamento e Orçamento do Estado. De 4 a 7 de novembro, foram realizadas 11 audiências, em que gestores do governo fizeram uma análise da execução do planejamento, com resultados alcançados e dificuldades para implementar as ações. Também foi apresentada a proposta de revisão do PPAG para o próximo ano em cada área de atuação, com metas de entrega de bens e serviços para a sociedade e os recursos alocados para alcançá-las.

A proposta de revisão do PPAG foi debatida com os deputados e a sociedade civil, que pôde apresentar sugestões para aprimorar o plano. As ideias selecionadas foram transformadas em emendas aos projetos de lei de revisão do PPAG e do Orçamento do Estado, o PL 5.496/14 e o PL 5.497/14, respectivamente.

No total, foram apresentadas 226 sugestões, que foram aglutinadas por similaridade e geraram 138 propostas de ação legislativa (PLE). As propostas foram analisadas pela Comissão de Participação Popular e se desdobraram em 47 emendas ao PPAG, 35 emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) e 139 requerimentos.

"Iniciativas como as revisões do PPAG ampliam a capacidade dos cidadãos de influir nas decisões do poder público, possibilitando o aprimoramento da democracia", defende o presidente da comissão, deputado André Quintão (PT). Com o objetivo de fornecer subsídios técnicos e qualificar a sociedade civil para esse debate, a ALMG abriga em seu Portal o *site* Políticas Públicas ao seu Alcance.

Eventos institucionais contribuem para aumentar a interlocução com sociedade

Raíla Melo

A ALMG liderou o Movimento Idade com Qualidade para, entre outros objetivos, discutir novas políticas públicas

Os desafios para garantir qualidade de vida na terceira idade também estiveram em pauta em 2014. Com o propósito de discutir políticas públicas nesse setor, a Assembleia de Minas liderou o Movimento Idade com Qualidade, que culminou no lançamento do Índice de Condições de Vida do Idoso (ICVI-MG). Esse indicador foi desenvolvido pelo Observatório Mineiro da Pessoa Idosa, que surgiu de uma parceria entre a ALMG e a PUC Minas.

O tema do envelhecimento com qualidade de vida também foi discutido no Parlamento Jovem de Minas. Outras iniciativas, em 2014, relacionadas com o Movimento Idade com Qualidade foram a sanção das Leis 21.121 – ex-PL 493/11, de Alencar da Silveira Jr. (PDT) –, que garante passe-livre para idosos nos ônibus intermunicipais, e 21.144 – ex-PL 4.189/13, do governador –, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso. Além disso, o Observatório Mineiro da Pessoa Idosa realizou neste ano o 3º Fórum Mineiro sobre os Direitos do Idoso.

Em 2014, a ALMG também esforçou-se para continuar aprofundando sua opção institucional pela contínua interlocução com a sociedade. Nessa linha, para refletir sobre os 50 anos do golpe de 1964, a Assembleia realizou, nos dias 31 de março e 1º de abril, o ciclo de debates Resistir Sempre – Ditadura Nunca Mais. Pessoas que participaram da luta pela retomada da democracia e sofreram duras represálias por isso enriqueceram as discussões.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Durval Ângelo (PT), não se pode negar o passado tentando encobrir erros históricos. "Parte da nossa história não pode virar poeira. Precisamos lembrá-la, até mesmo para não repeti-la", defendeu o parlamentar.

Copa – A ALMG também promoveu, em maio, com a aproximação da Copa do Mundo, o ciclo de debates Enfrentamento do Tráfico de Pessoas. Os especialistas enfatizaram a importância de campanhas educativas como a Coração Azul, que busca estimular a participação da população no combate ao tráfico de pessoas.

Para facilitar a divulgação dessa campanha, o Plenário aprovou a Lei 21.400 – ex-PL 4.948/14, de Rogério Correia (PT) –, que obriga a divulgação dos telefones do disque-denúncia em órgãos públicos.

E, em novembro, aconteceu ainda o ciclo de debates Muda Futebol Brasileiro, solicitado por João Leite (PSDB), em que foram criticados diversos aspectos da atual estrutura desse esporte, como calendário ruim, baixa qualidade dos jogos, violência, clubes insolventes, estádios vazios e queda na formação de talentos.

Comissões representam interesses dos mineiros

As comissões também desempenham papel importante na interlocução da ALMG com a sociedade. Em 2014, até 12 de dezembro, foram realizados 345 eventos de comissões, que contaram com a participação de 2.708 convidados. Foram, ao todo, 256 audiências públicas, 9 debates públicos, 26 reuniões com convidados e 54 visitas.

Um destaque é a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e outras Drogas, que realizou dez audiências públicas fora da Capital para discutir os desafios de cada região no enfrentamento do problema. Outra iniciativa nesse sentido foi a 3ª Marcha contra o Crack e Outras Drogas, que teve como tema "Paz nas escolas e defesa da vida". Realizado em BH, o evento reuniu cerca de 20 mil pessoas.

Já a Comissão de Política Agropecuária conduziu diversos debates sobre a agricultura familiar. Esse assunto também pautou o ciclo de debates Agricultura Familiar – Mãos que Alimentam e Cuidam do Planeta, realizado em agosto, quando foi lançado o Plano Safra da Agricultura Familiar.

Por sua vez, a Comissão de Educação percorreu dez municípios para verificar as condições de funcionamento das Apaes. Essas visitas e reuniões embasaram um relatório sobre a situação dessas entidades, apresentado em Reunião Especial de Plenário que homenageou a Apae pelos seus 60 anos.

Entre as comissões temporárias, a CPI da Telefonia concluiu seus trabalhos em fevereiro, com a assinatura de um protocolo de intenções para melhorar a qualidade dos serviços. Já a gestão dos recursos hídricos e as dificuldades dos comitês de bacias hidrográficas mobilizaram a Comissão Extraordinária das Águas e a Cipe São Francisco ao longo de todo o ano.

Parlamento mineiro é referência em prestação de serviços aos cidadãos

Lia Priscila

Procon Assembleia, Delegacia de Defesa do Consumidor, Sine e Internet Popular compõem o Espaço Cidadania

A Assembleia de Minas oferece diversos serviços à sociedade por intermédio do Espaço Cidadania, da Escola do Legislativo e do Centro de Apoio às Câmaras (Ceac). Em 2014, o Espaço Cidadania – composto pelo Procon Assembleia, pela Delegacia de Defesa do Consumidor, pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine) e pela Internet Popular – realizou mais de 80 mil atendimentos, contabilizados até o dia 30 de novembro.

Desse total, a maior parte foi prestada pelo Procon Assembleia, em suas duas unidades: quase 60 mil. A eficiência da atuação do órgão fica clara pelo índice de 76,76% de acordos celebrados nas 6.458 audiências de conciliação realizadas no período. O Procon promove ainda ações de educação ao consumidor, sendo que nessa área, em 2014, foram realizadas 226 palestras, atendendo a mais de 12 mil alunos.

O órgão realizou ainda quase 100 pesquisas de preços e orientou outras casas legislativas para a criação de seus próprios órgãos de defesa do consumidor, como ocorreu com as assembleias legislativas de Pernambuco e da Paraíba e várias câmaras municipais pelo interior do Estado.

No Espaço Cidadania, foram realizados ainda 10.952 atendimentos do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e 5.375 atendimentos da Internet Popular. A Delegacia de Defesa do Consumidor registrou 1.729 ocorrências nesse período, além de 3.121 atendimentos ao público.

Escola – Produzindo e disseminando conhecimento sobre o Poder Legislativo, a ALMG, por meio da Escola do Legislativo e de vários de seus órgãos, oferece cursos abertos ao público. Além da especialização presencial em Poder Legislativo e do curso de Planejamento e Orçamento Público, a Escola oferece cursos na modalidade de educação a distância. Em 2014, foram ofertados cursos sobre federalismo e mobilidade urbana.

O público externo também participou de seminários sobre temas como Inconfidência Mineira, golpe de 1964, Independência do Brasil e Proclamação da República. A programação dirigida às câmaras municipais é oferecida pela Escola em parceria com o Ceac.

Formação política dos jovens não foi esquecida

A ALMG também realiza diversas ações voltadas para o público jovem, sendo que a principal delas é o Parlamento Jovem de Minas, organizado em parceria com a PUC Minas e com as câmaras municipais. Trata-se de um projeto de formação política destinado aos estudantes dos ensinos médio e superior, oferecendo aos jovens a oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo.

As seis primeiras edições do projeto se limitaram à Capital. Apenas em 2006, houve uma experiência de interiorização, realizada em Arcos e Pains, ambos no Centro-Oeste do Estado. Por meio de parcerias com outras câmaras municipais do interior, desde 2010 o Parlamento Jovem foi estadualizado.

Em 2014, o projeto realizou sua 11ª edição, com a participação de 112 escolas e quase 1.400 estudantes de 27 municípios. O tema foi "Envelhecimento com Qualidade de Vida". Na etapa municipal, realizada de janeiro a agosto, os estudantes, com auxílio de monitores das câmaras municipais, estudaram o assunto e votaram propostas de ação levadas para a etapa regional, realizada em setembro e outubro nos municípios-polo.

Ao final dessa segunda fase, 56 sugestões foram levadas para a etapa estadual, realizada em Belo Horizonte no fim de outubro, com representantes de todos os municípios. Um documento final com as 15 propostas aprovadas foi encaminhado à Comissão de Participação Popular, dando origem a 11 requerimentos de providências.

Dê sua Opinião sobre Projetos em Tramitação amplia interatividade

Sarah Torres

Seja pela internet, seja pessoalmente, o cidadão tem vários canais para expressar sua opinião na ALMG

Em 2014, a Assembleia de Minas lançou uma nova ferramenta para reforçar a interatividade com os cidadãos. Trata-se do serviço "Dê sua Opinião sobre Projetos em Tramitação", que pode ser acessado no Portal. Por meio de um clique, o cidadão pode se transformar em protagonista do processo legislativo.

A ferramenta se somou a outros canais de diálogo, como o "Fale com a Assembleia", o "Envie sua Sugestão de Projeto de Lei" – ambos também disponíveis no Portal – e as demandas que chegam diariamente aos gabinetes parlamentares. Essas iniciativas contribuem para que a ALMG possa cumprir com mais transparência e eficiência as missões de legislar, fiscalizar e representar, os três pilares que sustentam o Poder Legislativo no regime democrático.

Até o dia 30 de novembro, a ALMG recebeu 29.877 demandas de cidadãos. Desse total, 22.024 foram encaminhadas aos gabinetes, e 7.853, à área administrativa. Março foi o mês com maior número: 4.191 no total – 3.437 direcionadas aos gabinetes e 754 à área administrativa. Lançada em fevereiro, outra ação, o "Dê sua Opinião" totalizou, até 18 de dezembro, 9.597 opiniões sobre 597 proposições.

O novo serviço representa também mais uma opção de um sistema integrado de registro das demandas recebidas. Por meio do acompanhamento mensal dos assuntos mais frequentes, é possível traçar um mapa estratégico do uso dos canais institucionais, o que viabiliza a identificação de inúmeras oportunidades de atuação da ALMG.

Consulta pública – Um exemplo do potencial de interação da ALMG com o cidadão pelo meio virtual pôde ser verificado na tramitação do PL 4.743/13, do deputado Carlos Pimenta (PDT). A proposição pretende alterar os limites do Parque Estadual Alto Cariri, no Vale do Jequitinhonha. O projeto foi tema de consulta pública – conforme exigência do Código Florestal do Estado – e até motivou uma visita da Comissão de Meio Ambiente à região.

"Esse serviço é muito importante para que as decisões da Assembleia reflitam os anseios da sociedade. E toda iniciativa que fomenta o debate fortalece a democracia", avalia Carlos Pimenta.

Fórum virtual de debates cresce sem parar

Mais do que um espaço para que o cidadão possa expressar sua opinião, o serviço "Dê sua Opinião" se transformou em um fórum virtual de debates, já que, por meio dele, os comentários de outros cidadãos podem ser avaliados, e o projeto em discussão, compartilhado nas redes sociais ou por *e-mail*. É possível ainda conhecer todas as etapas de tramitação, posicionar-se favorável ou contrariamente à proposição e deixar um comentário ou uma sugestão de alteração no seu conteúdo.

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) lideram o ranking de opiniões. Com 2.250 manifestações, a PEC 69/14, que teve como primeiro signatário Lafayette de Andrada (PSDB), dispõe sobre a efetivação de servidores admitidos sem concurso por meio da Lei Complementar 100, de 2007. Foram 1.295 opiniões favoráveis (58%) e 955 contrárias (42%).

Na sequência vem a PEC 67/14, que teve como primeiro signatário o deputado Antônio Carlos Arantes (PSDB). A matéria recebeu 1.842 manifestações, sendo 1.233 contrárias (67%) e 609 favoráveis (33%). A proposição fixa percentual de recursos para o financiamento de pesquisa agropecuária.

Outros canais – Sempre é bom lembrar que o cidadão também pode ter papel ativo na formulação de novas leis, enviando, por meio do Portal, a sua sugestão de projeto de lei. Em 2014, até 30 de novembro, foram recebidas 155 sugestões desse tipo.

O serviço "Fale com a Assembleia" e os gabinetes são outros canais de interação. O "Fale com a Assembleia" é um sistema que abrange diversos serviços de atendimento e que, juntamente com a Ouvidoria Parlamentar, recebe sugestões, questionamentos e pedidos de informação.

Um desses serviços é o "Sistema de Interação com o Cidadão" (SIC), que concentra as demandas destinadas à área administrativa. Ele registrou, até novembro, 7.853 pedidos. Um dos destaques foi a área de defesa do consumidor, com 904 solicitações (11,9% do total do SIC), direcionadas ao Procon Assembleia.

Há ainda a procura direta aos gabinetes. Neles, até o fim de novembro, o tema mais abordado foi o atendimento em saúde, com 4.911 registros.

Comunicação dá mais transparência ao trabalho realizado pela Assembleia

Willian Dias

A programação das eleições na TV Assembleia contou com análises de jornalistas e cientistas políticos

A Assembleia foi referência na cobertura do principal evento político de 2014, as eleições, mobilizando sua estrutura de comunicação para informar os cidadãos sobre a importância do voto, os cargos em disputa e as mudanças na composição do Parlamento mineiro. Além de mostrar os primeiros pronunciamentos dos eleitos, a TV Assembleia exibiu, já durante a apuração, o perfil dos novos deputados estaduais e as alterações na composição partidária da Casa.

Os perfis de todos os 77 deputados eleitos que vão compor a 18ª Legislatura também puderam ser consultados no Portal já no mesmo dia da eleição, poucas horas após o fim da apuração. O *hotsite* Eleições 2014, criado com dados fornecidos pela Justiça Eleitoral, alcançou grande número de acessos logo após o 1º turno. Além dos perfis dos eleitos, a página trouxe notícias sobre modificações no quadro político e ferramentas de pesquisa sobre a votação, como o programa Divulga, do TSE.

A cobertura da TV Assembleia envolveu aproximadamente 160 profissionais e incluiu, ainda, análises de jornalistas e cientistas políticos, notícias sobre a votação no interior e em outras capitais e conteúdos produzidos por emissoras legislativas de outros estados e pela TV Câmara. Neste ano, a programação inovou com a adoção de *flashes* ao vivo, mostrando a votação de candidatos ao governo do Estado e de um dos candidatos à Presidência, superando inclusive grandes redes de TV.

Já a Rádio Assembleia produziu reportagens, dicas para o eleitor e entrevistas com os eleitos. Foram mais de 140 conteúdos diferentes publicados no Portal, distribuídos às mais de 850 emissoras parceiras ou transmitidos ao vivo para 238 rádios do interior.

Documentário – A TV Assembleia teve outro destaque nacional em 2014. Em setembro, o documentário "Na lei ou na marra: 1964, um combate antes do golpe" venceu o 36º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria documentário de TV.

O prêmio é organizado pelo Instituto Vladimir Herzog, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), entre outras entidades. O documentário foi exibido pela primeira vez em 31 de março, como parte da programação da ALMG para lembrar os 50 anos do golpe de 1964.

Presença no Facebook, Twitter e YouTube

Os veículos de comunicação da ALMG contribuíram, em 2014, para a transparência do trabalho parlamentar. A Rádio Assembleia, por exemplo, produziu mais de 1.900 horas de programação para emissoras de 226 municípios e enviou boletins por *e-mail*, diariamente, para 708 emissoras. Além disso, rádios e cidadãos de qualquer município seguiram tendo acesso aos boletins no Portal, que tiveram, em média, 100 *downloads* por dia, perfazendo mais de 23 mil áudios baixados no ano.

Em 2014, o Portal da Assembleia também continuou oferecendo acesso a informações atualizadas sobre o processo legislativo, o acompanhamento de políticas públicas, os eventos institucionais e outros assuntos. Dispôs, ainda, de ampla cobertura jornalística, com convergência das mídias e de canais que permitiram ao cidadão interagir com o Legislativo mineiro. Até 30 de novembro, o Portal teve 1,7 milhão de visitas, com média de 161 mil por mês. Dos acessos, 46% foram de novos visitantes. A ALMG também oferece, desde 2013, um aplicativo para iPhone e iPad, e, em novembro, disponibilizou a versão para Android.

A Casa ainda envia informações sobre suas atividades, organizadas por assuntos, e os usuários podem se cadastrar para receber boletins de notícias do Centro de Apoio às Câmaras e da Escola do Legislativo ou para acompanhar proposições em tramitação. Em 2014, 15.560 usuários se cadastraram, totalizando 24.820.

Além dos acessos ao Portal originados do Facebook, a presença oficial da ALMG nessa rede social tem se consolidado. Em um ano e meio, a página triplicou o número de curtidores. Em 30 de novembro, eram 6.536. No Twitter, já são 7.380 seguidores. O canal do YouTube, por sua vez, registrou mais de 253 mil visualizações de vídeos, 78% a mais que em 2013.

Direcionamento Estratégico transforma Legislativo em poder e voz do cidadão

Ricardo Barbosa

Os projetos estratégicos da Assembleia de Minas têm avançado em práticas participativas

Iniciado em 2010, o Direcionamento Estratégico define um conjunto de projetos prioritários para consolidar a Assembleia de Minas como o poder e a voz do cidadão na construção de uma sociedade melhor. Nesse sentido, os projetos estratégicos têm avançado em práticas participativas, inovando nos formatos e criando novas possibilidades para que os cidadãos mineiros acompanhem a elaboração das leis e as políticas públicas estaduais.

As metas do Direcionamento são renovadas a cada dois anos pela Mesa da Assembleia. O presidente Dinis Pinheiro (PP) relembra que, ao assumir a Presidência da ALMG, em 2011, fez questão de destacar a importância da participação social, propondo inclusive a alteração do *slogan* da Casa, que passou a ser "Poder e voz do cidadão".

"A participação popular é essencial para colocar o exercício parlamentar em sintonia com o cidadão. Nos últimos quatro anos, conseguimos colocar em prática inúmeras ações que vêm favorecendo a atuação de diversos setores da sociedade na aprovação e na sugestão de projetos de lei. É dessa maneira, com muito trabalho e diálogo, que nos esforçamos para que a Assembleia seja cada vez mais a casa do povo mineiro", ressalta.

Assim, uma das metas do Direcionamento Estratégico é o monitoramento dos resultados da participação dos cidadãos e de organizações da sociedade civil nas atividades da ALMG. O objetivo é captar e interpretar melhor as demandas da sociedade, transformando-as em conhecimento e oportunidades de integração dos cidadãos às atividades do Legislativo, visando à produção de leis consistentes e mais abrangentes.

Para que essa participação seja concretizada com eficácia, todos os setores da instituição precisam funcionar com eficiência. Por isso, o Direcionamento Estratégico abrange também projetos nas áreas de gestão de processos e de competências em recursos humanos, suporte e integração com gabinetes. Na área de comunicação institucional, por exemplo, foi realizado um amplo trabalho para diagnosticar a reputação da ALMG, a fim de incrementar os instrumentos de interlocução com os diversos públicos do Poder Legislativo.

Carteira de projetos já reúne várias conquistas

A terceira carteira de projetos estratégicos do Direcionamento, que materializam as prioridades a serem consolidadas entre 2011 e 2015, já realizou ações como a melhoria da acessibilidade para pessoas com deficiência às dependências da ALMG, a capacitação de agentes comunitários pelo projeto Cidadania Ribeirinha e a criação de espaços de interlocução direta entre os cidadãos mineiros e o Parlamento.

Entre os projetos já consolidados está a renovação da Praça da Assembleia, que prevê um novo *playground*, além da reforma daquele já existente e da área de ginástica, que contarão com novos brinquedos e equipamentos. A praça receberá fontes de água e um painel projetado por Burle Marx, bem como banheiros, bebedouros e travessias de pedestre elevadas. Para garantir o acesso para pessoas com deficiência, haverá aparelhos de ginástica, banheiro e mesa de xadrez adaptados. As calçadas do entorno do Palácio da Inconfidência também serão reformadas.

Outro projeto é o Cidadania Ribeirinha, que promoveu cursos de capacitação em 12 localidades dos municípios de Manga, Matias Cardoso, Itacarambi e Pedras de Maria da Cruz (Norte de Minas), sobre temas ligados ao desenvolvimento sustentável e à cultura empreendedora. Esse projeto também ofereceu capacitação para agentes públicos locais em assuntos como patrimônio cultural, planejamento municipal, turismo sustentável e tratamento de resíduos sólidos.

Por fim, há ainda, no Direcionamento Estratégico, outras ações voltadas para a educação para a cidadania, tais como a habilitação de professores como multiplicadores de conteúdos, a produção do guia *Educação para cidadania nas redes sociais*, o programa para acompanhamento do planejamento e do orçamento do Estado por estudantes universitários, a produção de jogos virtuais para o público jovem sobre temas ligados à ALMG, a instituição do Comitê Gestor de Educação para Cidadania e a regionalização do Parlamento Jovem de Minas, que, em 2014, alcançou 27 municípios.

Resgate da história e promoção da cultura foram alvo de ações da ALMG em 2014

Alair Vieira

O Memorial da Assembleia foi selecionado para participar da 12ª Semana Nacional de Museus

A Assembleia de Minas desenvolveu em 2014 diversas ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico e a promoção da cultura. Os 50 anos do golpe de 1964, que instaurou a ditadura militar no Brasil, por exemplo, inspiraram uma série de eventos. Um deles foi o ciclo de debates Resistir Sempre, Ditadura Nunca Mais, realizado nos dias 31 de março e 1º de abril, que reuniu autoridades e especialistas para rememorar e analisar esse triste período da história nacional.

Sob o lema "lembrar é resistir", a Comissão de Direitos Humanos também realizou audiências públicas para tratar de temas como a repressão aos povos indígenas e os atentados cometidos por grupos paramilitares de extrema direita durante o regime militar. Foi concedido, ainda, o título de cidadão honorário de Minas ao arcebispo emérito de São Paulo, cardeal dom Paulo Evaristo Arns, que teve uma importante atuação na luta contra a ditadura. Essa homenagem foi, além disso, a reparação de um erro histórico, já que em 1979, o Plenário rejeitou a concessão dessa homenagem.

A ditadura militar foi ainda tema de uma mostra na Galeria de Arte que reuniu notícias de jornais, fotos e charges do período, exibidas ao som de músicas censuradas à época. Já a TV Assembleia produziu o documentário *Na lei ou na marra: 1964, um combate antes do golpe*, que resgatou a memória do ataque de milícias lideradas por fazendeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, um episódio pouco conhecido que ocorreu às vésperas do golpe de 1964. O programa venceu o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Aleijadinho – No Dia do Barroco Mineiro, instituído pela mesma lei que estabeleceu 2014 como o Ano do Bicentenário de Aleijadinho, foi lançada uma medalha comemorativa, cunhada pela Casa da Moeda. A imagem usada na condecoração foi definida em votação realizada no Portal da Assembleia. Trata-se da representação da estátua *Daniel*, escultura em pedra-sabão que integra o conjunto dos doze profetas do escultor, localizado no adro do Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas.

Memorial traz legado político do Parlamento

No contexto de preservação da nossa história, merece destaque, da mesma forma, o Memorial da Assembleia, centro de referência que disponibiliza informações sobre o legado político do Poder Legislativo. Com um grande acervo disponível também na internet, o Memorial foi selecionado, no primeiro semestre de 2014, para participar da 12ª Semana Nacional de Museus, evento anual que comemora do Dia Internacional de Museus, celebrado em 18 de maio.

Para promover a cultura mineira, as portas do Teatro da Assembleia estão abertas para os artistas de todo o Estado no projeto Zás. Sempre às sextas-feiras ao meio-dia, apresentações de teatro, dança, humor e música tomam conta do espaço, que ofereceu, em 2014, 29 apresentações. Mais de 2 mil pessoas compareceram a esses espetáculos.

O Teatro da Assembleia recebe também o programa Segunda Musical, de música erudita. Em 2014, foram 28 apresentações, com quase 3 mil espectadores. Já a Galeria de Arte, no Palácio da Inconfidência, recebeu 23 exposições de artesanato e artes plásticas.

Em junho último foi iniciada a obra de revitalização da Praça da Assembleia. A reforma deve durar até 2015 e vai preservar as características originais da praça. A iniciativa é da ALMG em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Também neste ano, dois monumentos criados pelo artista plástico Léo Santana foram inaugurados. Um deles é a estátua de Tiradentes, instalada no Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira. Próximo a ela está o monumento em homenagem aos doadores de órgãos.

Natal – Os eventos natalinos contribuem para aproximar o cidadão do Parlamento. A Cantata de Natal 2014 reuniu 19 corais com mais de 300 vozes e marcou a inauguração da iluminação especial do Palácio da Inconfidência. Além disso, foi aberta a Vila do Papai Noel, uma exposição com 3 mil Papais Noéis de 90 países diferentes.

MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Dinis Pinheiro
Presidente
Deputado Ivair Nogueira
1º-vice-presidente
Deputado Hely Tarqüínio
2º-vice-presidente
Deputado Adelmo Carneiro Leão
3º-vice-presidente
Deputado Dilzon Melo
1º-secretário
Deputado Neider Moreira
2º-secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-secretário

SECRETARIA
Eduardo Vieira Moreira
Diretor-geral
Carlos Navarro
Secretário-geral da Mesa

A**SSEMBLEIA INFORMA**
Editado pela Diretoria de Comunicação Institucional da ALMG
Diretor: Lúcio Pérez (jornalista – Rg.MTb 3.552/MG)
Gerente-geral de Imprensa e Divulgação: Cristiane Pereira
Edição: Arlan França (editor-geral)
Revisão: Heloisa Figueiredo
Diagramação: Rodrigo Valente
End.: R. Martim de Carvalho, 94 – 7º andar – CEP: 30190-090 – BH
Tel.: (31) 2108-7715
Impresso pela Gerência-Geral de Suporte Logístico (ramal 7763)
www.almg.gov.br